

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Ata da 113ª Reunião Ordinária da CT-EA – 16/08/2022- 09:00 horas
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Membros presentes	
Entidade	Representante
AEEAV	Renato Cesar Lopes Gomes (S)
APTA Polo Sul	José Roberto Ferreira
APTA/SAA	Adriana Sacioto Marcantonio (T)
Associação Plantar	Genaro Santos do Largo (S)
ASSEMAE	Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira (T)
BRK Ambiental Limeira	Josiane Ferreira Gonçalves (T)
BRK Ambiental Sumaré	Josiane Ferreira Gonçalves (S)
Casa do Amor Fraternal	Amarildo dos Santos (T)
	Rosimeire Aparecida de Oliveira (S)
Consórcio PCJ	Andréa Borges (T)
	Francisco Antonio Moschini (T)
	Roberto Mario Polga (S)
Consórcio Piraí	
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Felipe Augusto Gasparotto (T)
Diretoria de Ensino de Bragança	Vanessa Toledo Sette (S)
Diretoria de Ensino de Limeira	Nídia Aparecida Neves (S)
INEVAT	Francisco Antonio Moschini (T)
IPA	Maria Luísa Bonazzi Palmieri (T)
IPSA-C	Amarildo dos Santos (T)
Jaguatibaia	José Cláudio Höfling (T)
P.M. de Bragança Paulista	Carolina Marques Suppioni Bertelli (T)
	Paula Trambaiole Lima (S)
P.M. de Hortolândia	Paulo José Mancuso (T)
P.M. de Limeira	Patrícia Finotti Kühl (T)
	Loide de Oliveira Batista (S)
P.M. de Louveira	Flávia Izaura Camargo Pinto (T)
P.M. de Piracicaba	Laís Ferraz de Camargo (T)
P.M. de Rio Claro	Roberto Foresti Júnior (T)
P.M. de Várzea Paulista	Rafael Tamberlini (T)
P.M. de Vinhedo	Denise Maria Assis de Rezende (T)
	Getúlio Alves Pereira (S)
SAAE Atibaia	Claudinei Felício (T)
SANASA	Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira (S)
	Ana Paula Saraiva Nicésio (T)
SANEBAVI	Mariana Carolina Rossi de Andrade (S)
	Luiz Ricardo de Oliveira (S)
SEME/Salto	Samar Calvacante Maranhão (T)
SIMA/CFB	Maitê de Souza Sandoval (S)

Membros ausentes	
Entidades	
AJUDE	

BRK Ambiental Rio Claro
BRK Ambiental Santa Gertrudes
CATI
CISBRA
DAAE – Rio Claro
DAE Americana
DAE Jundiaí
Diretoria de Ensino Campinas Oeste
Diretoria de Ensino de Mogi Mirim
Diretoria de Ensino de Piracicaba
Diretoria de Ensino de Sumaré
Elo Ambiental
Instituto Agir Ambiental
Instituto Estre
Mackenzie - Campinas
P.M. de Campinas
P.M. de Campo Limpo Paulista
P.M. de Cordeirópolis
P.M. de Cosmópolis
P.M. de Itupeva
P.M. de Piracaia
P.M. de Torrinha
Rotary Rio Claro Cid Azul
SAA
Sec. de Educação de Itupeva

Membros ausentes com justificativa	
IPÊ	
P.M. de Itatiba	
P.M. de Saltinho	
SABESP	

Demais presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Rebeca Cristine Ferreira da Silva
	Suzana Darahem
	Tainá Moura
	Kaique Duarte Barretto
	Kátia Gotardi
Prominer Projetos Ltda	Sergio Razera
	Adriana Barbosa Ricciardi
	Francisco Barbosa
SIMA	André Navarro
ÚNICA	Bartira Elia

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Aos dezesseis dias do mês de agosto de 2022 realizou-se, por meio de videoconferência na plataforma do *Google*

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL Ata da 113ª Reunião Ordinária da CT-EA – 16/08/2022- 09:00 horas Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Meet, a 113ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos membros por meio de mensagem eletrônica no dia 09 de agosto de 2022. **2. Abertura:** A abertura foi realizada pela coordenadora da CT-EA, a Sra. Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) e da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (SANASA), às 9h com quórum em segunda chamada (acima de 33%). A Sra. Ana Lúcia deu as boas-vindas aos membros e convidados e agradeceu a todos pela presença. Também, explicou que foi solicitado a pedido do secretário-executivo dos Comitês PCJ, que o item de pauta “Apoio Operacional da Agência das Bacias PCJ junto aos Programas de EA da Política de EA/Plano de Bacias”, fosse antecipado devido a outros compromissos assumidos naquele período. A Sra. Ana Lúcia submeteu a alteração da pauta aos membros, sendo aprovado por unanimidade, ficando da seguinte forma: 1. Abertura; 2. Aprovação da Ata da 112ª Reunião Ordinária da CT-EA, realizada via videoconferência em 21/06/22; 3. Apoio Operacional da Agência das Bacias PCJ junto aos Programas de EA da Política de EA/Plano de Bacias; 4. Apresentação e discussões sobre o programa de educação ambiental do empreendimento “Ampliação de atividade de extração de granito e sabro”, no município de Bragança Paulista/SP, sob responsabilidade da empresa Stone Building S/A Indústria e Comércio – Prominer Projetos Ltda; 5. Apresentação do município anfitrião: Estação Experimental de Tupi – Malu Palmieri (IPA); 6. Definição de reuniões presenciais (2022-2023); 7. Fortalecimento da participação da CT-EA em outras CTs (CT-RN/Rural); 8. Aprovação de novo membro; 9. Informes; 10. Encerramento. **3. Aprovação Ata da 112ª Reunião Ordinária, realizada via videoconferência em 21/06/2022:** A Sra. Ana Lúcia informou que foi feito o envio aos membros da minuta de ata da reunião anterior, por mensagem eletrônica junto da convocação, conforme prazo regimental. Na sequência, questionou a necessidade de sua leitura, sendo dispensada por todos. Também abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo. A Sra. Maria Luísa Bonazzi Palmieri, representante do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), solicitou correção de seu nome que aparece escrito com “z” em alguns trechos do texto e para a inclusão de data no informe apresentado no

item “d” da minuta, para caracterizar que a atividade informada ocorreria na mesma data da reunião da CT-EA. Não havendo outras manifestações, submeteu aos membros para aprovação, sendo aprovada por unanimidade a minuta de ata da 112ª Reunião Ordinária da CT-EA, com as devidas correções. **4. Apoio Operacional da Agência das Bacias PCJ junto aos Programas de EA da Política de EA/Plano de Bacias:** Para abordar o item de pauta, estavam presentes o Srs. André Luiz Sanchez Navarro, Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, Sergio Razera, Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ e Kátia Gotardi, Coordenadora de Gestão da Agência das Bacias PCJ. Dando início, o Sr. André Navarro explicou que sua fala seria no sentido de fazer um informe de interesse da CT-EA. Explicou que no momento está sendo realizada a revisão do Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios, Piracicaba, Capivari e Jundiá (PAP-PCJ), que é um instrumento de planejamento físico, financeiro e orçamentário da aplicação de recursos da cobrança federal, com vigência quinquenal (2021-2025), visto a necessidade de alocação de valores referentes à Cobrança Federal, decorrentes da retomada, em 2021, de pagamentos da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) e da disponibilização dos valores incontroversos pagos em juízo pela empresa em 2019 e 2020. Para essa atualização foi criado um grupo de trabalho específico, no âmbito da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) para discutir a incorporação no orçamento, acomodando o que não foi recebido nos anteriores para os anos de 2023 a 2025. Dentre as atividades que seriam contempladas nessa manutenção de orçamento, entendeu-se que havia a necessidade de um apoio específico para a área de Educação Ambiental, uma vez que existe um caderno temático no Plano de Bacias PCJ com metas a serem cumpridas em Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias e outros cadernos como o de Uso da água e do solo no meio rural e Recomposição Florestal e de Garantia do Suprimento Hídrico possuíam apoio operacional oferecido dentro da estrutura da Agência PCJ, pela Assessoria Ambiental e Coordenação de Sistemas de Informações, respectivamente. Sendo assim, na 11ª Reunião Extraordinária Conjunta da Câmara Técnica de Planejamento e Câmara Técnica do Plano de Bacias, a ser realizada em 02/09/22, será encaminhada a proposta de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL Ata da 113ª Reunião Ordinária da CT-EA – 16/08/2022- 09:00 horas Reunião por videoconferência – *Google Meet*

inclusão de orçamento para contratação de técnico da área de educação ambiental a ser alocado na Coordenação de Gestão da Agência das Bacias PCJ. A ideia é que esse técnico auxilie na elaboração de Termos de Referência (TRs), acompanhamento de contratos que venham ser realizados pela Agência PCJ ou processos de distribuição de recursos por meio de atos convocatórios relativos a ações previstas no Plano de Bacias PCJ, que também venham a ser incorporados no PAP-PCJ. Também chamou a atenção quanto a revisão da Política de Educação Ambiental, para que seja levado no âmbito do GT-Política EA a elaboração de diretrizes para programas específicos, seguindo a linha de outras políticas temáticas dos Comitês PCJ. Nesse sentido, o Sr. Sergio Razera explicou que a Agência PCJ já tem trabalhado com ações conjuntas com a CT-EA no que diz respeito a ações relacionadas a comunicação, por meio de sua Assessoria de Comunicação, como por exemplo com o Projeto PCJ Virtual que atua de forma itinerante nos municípios das Bacias PCJ. No caso, essa contratação seria para atendimento de ações de educação ambiental, não contempladas pela Assessoria de Comunicação. Também explicou brevemente sobre o funcionamento das contratações para prestação de serviços operacionais na Agência PCJ, que conta com um quadro próprio de funcionários reduzidos, dessa forma a maioria de seus colaboradores são terceirizados, fornecidos por empresas gerenciadoras contratadas por licitação. Complementando as falas anteriores, a Sra. Katia Gotardi explicou que o Termo de Referência para contratação da empresa gerenciadora que atuará na Coordenação de Gestão da Agência PCJ está em fase de finalização, onde estão sendo concluídos os detalhes administrativos e que a previsão para início da atuação será a partir de 2023. A Sra. Laíz Ferraz Camargo, representante da Prefeitura Municipal de Piracicaba e a Sra Ana Paula Saraiva Nicésio, representante da Saneamento Básico Vinhedo (SANEBAVI) questionaram quanto a divulgação e disponibilização do TR, em que os Srs Sergio e Kátia esclareceram que a contratação não será de um profissional (pessoa física) e sim de uma empresa, em que existe a possibilidade de solicitar recomendações de profissionais para contratação e também a empresa contratada contará dentre seus técnicos, um específico para a cuidar da área de educação ambiental, visto que os demais técnicos darão suporte as atividades desenvolvidas

pela Coordenação de Gestão. A Assessoria de Comunicação continuará atuando nas atividades relacionadas a comunicação e muitas dessas ações de educação podem acabar sendo realizadas de forma conjunta com eles. Também explicou que os TRs ficam disponíveis no site da Agência das Bacias PCJ, bem como demais informações de contratação visando a transparência. Não havendo outras manifestações, a Sra. Ana Lúcia agradeceu pela participação dos Srs. André, Sergio e Kátia, destacando a importância desse acolhimento e valorização da educação ambiental pela alta gestão dos Comitês PCJ e Agência das Bacias PCJ. **5. Apresentação e discussões sobre o programa de educação ambiental do empreendimento “Ampliação de atividade de extração de granito e saibro”, no município de Bragança Paulista/SP, sob responsabilidade da empresa Stone Building S/A Indústria e Comércio – Prominer Projetos Ltda:** A Sra. Ana Lúcia explicou aos membros que na Reunião do GT-Empreendimentos (CT-PL) realizada em 12/07/22, foi feita a análise e manifestação do EIA/RIMA da ampliação de atividade de extração de granito e saibro, localizado no município de Bragança Paulista sob responsabilidade da empresa Stone Building S/A Indústria e Comércio. Tendo em vista que os programas de educação ambiental são condicionantes para a manifestação favorável dos Comitês PCJ para emissão das Licenças de Instalação dos empreendimentos, conforme estabelecido pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 204/14, foi feito o convite para a equipe do empreendimento para participação da reunião como forma de realizar um alinhamento para que o Programa de Educação Ambiental (PEA) dialogue com a Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ. Agradeceu a Sra. Adriana Ricciardi, da Prominer Projetos Ltda, consultoria responsável pela elaboração dos estudos ambientais e programa de educação ambiental, e ao Sr. Francisco Barbosa, da Stone Building S/A Indústria e Comércio, empreendimento em questão e passou a palavra para a Sra. Adriana que fez uma breve apresentação e contextualização sobre a atividade do empreendimento e localização. A Sra. Adriana também apresentou o fluxograma do empreendimento que previa as seguintes etapas: i) Projeto básico de engenharia; ii) elaboração de estudo ambiental – nessa etapa está prevista a estruturação conceitual do PEA e programa de comunicação social; iii) análise de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL Ata da 113ª Reunião Ordinária da CT-EA – 16/08/2022- 09:00 horas Reunião por videoconferência – *Google Meet*

viabilidade ambiental pela CETESB; iv) emissão da Licença Prévia (LP); v) atendimento de exigências e solicitação de Licença de Instalação (LI) – a tramitação do empreendimento encontra-se nesta etapa que também prevê o detalhamento do PEA; vi) análise da CETESB; vii) emissão da Licença de Instalação (LI); viii) implantação do empreendimento a execução do Plano de Gestão Ambiental – nessa etapa está prevista a implantação do PEA; ix) solicitação da Licença de Operação (LO); x) análise da CETESB; xi) emissão da Licença de Operação (LO); xii) operação e manutenção do Plano de Gestão Ambiental – nessa etapa está previsto o acompanhamento e avaliação do PEA; xiii) encerramento e desativação. Seguiu apresentando a estrutura do PEA, elaborada com base na Deliberação dos Comitês PCJ nº 204/14. De acordo com o empreendedor um dos objetivos e justificativas do PEA é de “conscientizar e sensibilizar” os trabalhadores da Stone Building quanto à importância da conservação ambiental, sobretudo no que diz respeito à disposição adequada dos resíduos e às medidas adotadas pelo empreendimento para proteção da fauna, flora e recursos hídricos em áreas ambientalmente protegidas, através da organização de processos de ensino-aprendizagem, que envolvam metodologias participativas. O público-alvo são todos os trabalhadores da Stone Building, diretamente contratados por ela, podendo ser estendido a terceirizados, população de entorno do empreendimento e escolas da região. Foi apresentada a metodologia com o detalhamento do plano de ação e das etapas de implantação do PEA que prevê divulgação para todos os trabalhadores diretos e terceirizados da proposta de material didático, das ações e do respectivo cronograma de execução; material didático focado na mitigação dos impactos ambientais negativos gerados pelo empreendimento e nas práticas de controle ambiental adotadas pelo empreendimento; palestras educativas focadas na conservação do meio ambiente e palestras educativas nos temas relacionados a saúde, segurança e meio ambiente. Também estão previstos indicadores de acompanhamento em que serão considerados o número de eventos de educação ambiental realizados, bem como o número de participantes e o material didático-educativo elaborado. A avaliação da efetividade do PEA será feita a partir dos indicadores e se dará por avaliação anual com relatório contendo comprovantes do resultado (fotos, lista de presença,

quantificação do material desenvolvido etc.). Como recursos, foram previstos 1 especialista em comunicação, 1 técnico em meio ambiente, local para realização das palestras e materiais didáticos. Por fim, apresentou um cronograma com as atividades durante as fases de implantação e operação. Após a apresentação pelo empreendimento, foi aberto um momento para manifestação dos membros, em que participaram os Srs. Genaro Santos, representante da Associação Ambiental Plantar, Maria Luísa Palmieri, representante do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), Ana Paula Nicésio, representante da Saneamento Básico Vinhedo (SANEBAVI), Roberto Foresti Jr, representante da Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP, José Claudio Höfling, representante da ONG Jaguatibaia, Paulo Mancuso, representante da Prefeitura Municipal de Hortolândia, Adriana Ricciardi, representante da Prominer e Francisco Barbosa representante da Stone Building, além da coordenadora Ana Lúcia. Foram debatidos pontos apresentados na estrutura do PEA e sugerido melhorias diversas em relação a escolha de indicadores para avaliação da efetividade do PEA; a priorização de processos participativos, contemplando desde a elaboração do material educativo e palestras a serem aplicadas; utilização de renúncia fiscal na contratação de organizações da sociedade civil e de interesse público (OSCIPs) para prestação de serviços ambientais; inclusão de profissional com formação e experiência específica em educação ambiental; ampliação do público-alvo contemplando a comunidade externa ao empreendimento; a otimização de recursos com a realização de parcerias; a construção conjunta do conhecimento, visto que palestras e materiais acabam tendo uma relação unilateral; abordagem da questão ambiental de forma ampla, crítica e complexa, ampliando o olhar para a bacia hidrográfica e considerando aspectos ambientais, financeiros, culturais e sociais; atenção na abordagem para que seja um PEA aplicável e que faça sentido aos que vão participar dos processos; a atividade de mineração e os impactos ambientais; clareza nos objetos e objetivos apresentados no PEA, dentre outras sugestões. Os representantes do empreendimento se mostraram dispostos a fazer os ajustes necessários no PEA, no que for possível, para que ele seja aplicável e que contemple as orientações da Deliberação dos Comitês PCJ nº 204/14. Não havendo outras manifestações a Sra. Ana

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL Ata da 113ª Reunião Ordinária da CT-EA – 16/08/2022- 09:00 horas Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Lúcia agradeceu a equipe do empreendimento por atender o convite e colocou a CT-EA a disposição para quaisquer esclarecimentos. **6. Apresentação do município anfitrião: Estação Experimental de Tupi – Malu Palmieri (IPA):** Dando continuidade a Sra. Ana Lúcia passou a palavra para a Sra. Maria Luísa Bonazzi Palmieri, representante do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), para apresentação do município anfitrião (Piracicaba) com o tema “A educação ambiental na Estação Experimental de Tupi”. A Sra Maria Luísa destacou o caráter coletivo das ações na Estação Experimental de Tupi que tem permissão de uso de área administrativa pública pela P.M. de Piracicaba, atuação do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA) e gestão da Fundação Florestal, além de contar com um Comitê Gestor que é formado pela comunidade do bairro de Tupi e pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Também explicou que a Estação Experimental de Tupi, trata-se de uma área protegida, porém não se enquadra como Unidade de Conservação, pois não está no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Para essa apresentação será dado enfoque a quatro programas de educação ambiental desenvolvidos no horto de Tupi, sendo esses: **i) PJ-Tupi:** projeto educativo desenvolvido com envolvimento de professores e alunos da Escola Estadual Pedro de Mello, localizada no bairro de Tupi. Nessa atividade são realizadas formações mensais com os professores na questão da educação ambiental, além da elaboração conjunta de disciplinas eletivas e visitas ao horto, enquanto espaço educativo. Destaca-se a importância do apoio do Laboratório de Educação e Política Ambiental – Oca ESALQ/USP, por meio de bolsistas para desenvolvimento dos projetos; **ii) Programa “Vem pro Horto”:** programa de educação ambiental desenvolvido com atividades aos finais de semana, noite e feriados, construído com a comunidade (pessoas e instituições que oferecem atividades). Aproveitou para informar que no dia 19/08/22 às 19h, será realizada a atividade “Cinema + Trilha noturna”, com a exibição do filme “Descarte” da 11ª Mostra Ecofalante de Cinema Ambiental, seguido de trilha de 3km (três quilômetros); **iii) EducaTrilha na Escola:** programa de educação ambiental e cultural, desenvolvido por um processo formativo e um concurso de projetos educativos desenvolvidos nas escolas de Piracicaba, incluindo visitas

à Estação Experimental de Tupi. As escolas vencedoras podem escolher uma unidade de conservação para visitarem; **iv) Bacia Caiçara:** programa de educação ambiental desenvolvido com grupos da terceira idade dos municípios de Piracicaba/SP e Santa Bárbara d’Oeste/SP, sendo que um dos encontros anuais é realizado na Estação Experimental de Tupi. Destacou a utilização da metodologia ROSA (refletir, observar, sonhar e agir) e a integração com os jovens na elaboração e aplicação das oficinas. Encerradas as explicações, foi aberta a palavra aos membros, em que o Sr. Francisco Moschini, representante do Consócio Intermunicipal do Ribeirão Pirai (CONIRP) e do Instituto de Estudos do Vale do Tietê (INEVAT) parabenizou pelas iniciativas e aproveitamento do Horto de Tupi e lembrou que a região possui diversos fósseis vegetais que podem ser observados. A Sra. Ana Lúcia agradeceu à Sra. Maria Luísa pela apresentação e deu continuidade aos itens da pauta. **7. Definição de reuniões presenciais (2022-2023):** A Sra. Ana Lúcia informou que na última reunião do GT-Integração realizada em 28/07/22, por videoconferência, foi solicitado que cada CT realizasse a última reunião do ano de 2022 em modo presencial. Foi pré-agendado pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ dois locais possíveis para acolher a reunião de retorno, sendo o Museu da Água do município de Indaiatuba/SP e o Parque da Cidade no município de Jundiá/SP. Em seguida, passou a palavra para a Sra. Rebeca Silva, da equipe de apoio da Secretaria Executiva nas Câmaras Técnicas, que explicou brevemente sobre a proposta de retomada das reuniões presenciais. Explicou que há a proposta de retomada das reuniões após a fase mais aguda da Covid-19 e há a proposta das CTs que se reúnem bimestralmente realizar, a partir de 2023, uma reunião presencial por semestre em local a ser definido pela CT e informou da solicitação de que o local seja adequado para atender medidas de distanciamento e controle sanitário. Nesse sentido, a Sra. Ana Lúcia primeiramente questionou se haviam representantes dos locais pré-selecionados presentes na reunião, sendo verificado que embora as prefeituras municipais de Indaiatuba/SP e de Jundiá/SP não façam parte da CT-EA, são membros a DAE Jundiá e o Consócio Intermunicipal do Ribeirão Pirai (CONIRP), atualmente pontos de contato junto aos locais pré-selecionados. Em seguida, questionou aos membros quanto a escolha do local da reunião ordinária

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL Ata da 113ª Reunião Ordinária da CT-EA – 16/08/2022- 09:00 horas Reunião por videoconferência – *Google Meet*

de dezembro/22, sendo optado pelos membros o Parque da Cidade no município de Jundiaí/SP. Na sequência, questionou aos membros quanto as reuniões presenciais no ano de 2023, e após discussão dos membros, ficou definido que a 117ª Reunião Ordinária, prevista para 18/04/23, será realizada no município de Americana/SP, na Casa Mais Sustentável do Consórcio PCJ e a 120ª Reunião Ordinária, prevista para 15/08/22, será realizada no município de Rio Claro/SP, em local a ser definido. **8. Fortalecimento da participação da CT-EA em outras CTs (CT-RN/Rural):** A Sra. Ana Lúcia lembrou aos membros que foi realizado um levantamento dos representantes de membros da CT-EA que também estão indicados em outras Câmaras Técnicas e reiterou quanto ao apoio dos membros na participação e representação da CT-EA nessas reuniões, de modo a trazer devolutivas de assuntos discutidos nas reuniões e que sejam inerentes a atuação da CT-EA. Também destacou a aproximação com as Câmaras Técnicas de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) e de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural), que demandam integração com a CT-EA em alguns de seus processos, mas que devido ao volume de reuniões e demandas externas aos Comitês, tem impossibilitado a participação constante da coordenação nas reuniões destas CTs. Nesse sentido, a solicitação se dá como forma de fomentar a transdisciplinaridade entre CTs e apoiar a coordenação nesse papel. **9. Aprovação de novo membro.** A Sra. Ana Lúcia informou sobre o recebimento de ofício pela Secretaria Executiva, em 04/07/22, solicitando a inclusão da União da Agroindústria Canavieira (ÚNICA) na CT-EA, tendo como sua representante a Sra. Bartira Elia, como titular. Dessa forma, submeteu aos membros a inclusão da entidade para aprovação, sendo aprovada por unanimidade. **10. Informes:** Na sequência, a Sra. Ana Lúcia passou para os informes. **10.1. da Coordenação:** A Sra. Ana Lúcia informou: **a)** sobre o VIII Encontro Estadual das Câmaras Técnicas de Educação Ambiental, organizado pela Câmara Técnica de Educação Ambiental, Capacitação, Mobilização Social e Informações em Recursos Hídricos do Conselho de Recursos Hídricos do estado de São Paulo (CTEA/CRH), que ocorreu no dia 10/08/22, de forma virtual. Alguns membros da CT-EA e dos Comitês PCJ estiveram presentes prestigiando o evento e aos que não puderem assistir ao vivo no dia, o vídeo ficará disponível no *site* do Sistema Integrado de

Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (SIGRH), acesso em: <sigrh.sp.gov.br>. A CT-EA dos Comitês PCJ apresentou durante o encontro o Programa de Educação Ambiental e Caderno Temático de Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias que compõe o Plano de Bacias dos Comitês PCJ; **b)** informou representará a CT-EA na comitiva dos Comitês PCJ que participará do XXIV Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB) a ser realizado entre os dias 22 a 26/08/22, em Foz do Iguaçu/PR. Também lembrou que o Projeto PCJ Virtual fará parte das atividades do *stand* do Fórum Paulista, no hall de expositores do evento. O Sr. Roberto Foresti Jr., representante da Prefeitura Municipal de Rio Claro, sugeriu que fosse aberta a participação para pelo menos mais um membro da CT-EA, para participação representando a CT, em encontros futuros. Também sugeriu que fosse realizada uma reunião extraordinária para abordar sobre a experiência no ENCOB deste ano pela coordenação. A Sra. Ana Lúcia explicou que a representação da Câmara Técnica no encontro é uma das atribuições dos coordenadores das CTs e que existem critérios específicos para composição da comitiva que é subsidiada para participar do encontro. A Sra. Rebeca Silva, da equipe de apoio da Secretaria Executiva esclareceu que o ENCOB habilitou o formato de participação virtual, durante todo o encontro e aqueles que tiverem interesse podem participar nessa modalidade. Também explicou que devido a metas no Contrato de Gestão com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) é feito o acompanhamento do Planejamento Anual de Atividades (PAA) e que a inclusão ou cancelamento de reuniões, alterando o planejamento inicial implica na perda de pontuação. Nesse sentido, recomendasse que seja evitado a realização de reuniões fora do planejamento anual, salvo exceções devidamente justificadas; **10.2. dos Membros: a)** O Sr. Roberto Foresti Jr., representante da Prefeitura Municipal de Rio Claro, solicitou que fosse feito o envio da agenda de reuniões do GT-Empreendimentos. A Sra. Rebeca Silva, da equipe de Apoio da SE/PCJ, explicou que as reuniões do GT-Empreendimentos (CT-PL) são mensais e contam com a participação dos coordenadores das CTs. Caso algum membro queira participar de alguma reunião específica, é necessário solicitar por meio de formulário de participação de ouvinte nas reuniões, disponível na

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Ata da 113ª Reunião Ordinária da CT-EA – 16/08/2022- 09:00 horas
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

agenda do *site* dos Comitês PCJ. Já o GT-Empreendimentos da CT-EA, é um grupo transitório formado no âmbito da CT-EA e que se reúne sob demanda, sendo que sua última reunião ocorreu em julho/21. Também informou que o Sr. Roberto é integrante do GT-Empreendimentos EA. Complementarmente, a Sra. Ana Lúcia salientou aos membros sobre a necessidade de aproximar as demandas do GT-Empreendimentos da CT-PL com o grupo formado no âmbito da EA, para atendimento das demandas; **b)** A Sra. Ana Paula Nicésio, representante da Saneamento Básico Vinhedo (SANBAVI) questionou onde era possível consultar a composição dos grupos de trabalho formados no âmbito das CTs. A Sra. Ana Lúcia esclareceu que o *site* dos Comitês PCJ contém essas informações, além de dispor de agenda, membros da CT, documentos de interesse, atas das reuniões anteriores, dentre outras informações pertinentes e incentivou aos membros a acessarem por meio do *link* <comitespcj.org.br>; **c)** A Sra. Vanessa Toledo Sette, representante Diretoria de Ensino de Bragança Paulista informou que houve alterações internas em sua entidade, sendo necessária a atualização das indicações na CT-EA. A Sra. Rebeca Silva, da equipe de apoio da SE-PCJ, esclareceu que as alterações de membros precisam ser enviadas oficialmente para o *e-mail* da Secretaria Executiva para que possa ser dado encaminhamento na atualização dos representantes no banco de dados, a saber: <se.pcj@comites.baciaspcj.org.br>. Demais orientações para indicação e alteração de membros estão disponíveis no sítio eletrônico dos Comitês PCJ; **10.3. da Secretaria Executiva:** A Sra. Rebeca Silva, da equipe de apoio da Secretaria Executiva, apresentou os informes da SE/PCJ, sendo: **a) Atualização de representantes:** a SE/PCJ recebeu solicitação dos respectivos membros: i) ASSEMAE/SANASA: solicitando a inclusão do Sr. Luís Antonio dos Santos, como representante suplente; ii) DAE Jundiá: solicitando a inclusão da Sra. Nathânia Alves como representante suplente; iii) IPÊ: solicitando a inclusão da Sra. Andrea Pupo Bartazini como representante titular e a Sra. Lídia de Azevedo Duarte, como representante suplente. Como trata-se de alterações de membro que já fazem parte da CT-EA, é passado aos membros como informe apenas para ciência; **b) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras

Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento às metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2022. Foram citados como exemplo os cursos disponibilizados no portal da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SigRH) e da Escola Virtual – EV.G, sendo que todas as plataformas dispõem de cursos gratuitos, de curta duração e de forma virtual. Podem ser enviados certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Complementarmente, orientou que o certificado do curso deve ser enviado para o *e-mail* da Secretaria Executiva. Por fim, como forma de dar uma devolutiva aos membros, apresentou um balanço de participação em capacitação, tendo até o momento 41 (quarenta e um) representantes capacitados em cursos e eventos. Destaca-se entre a distribuição de membros capacitados nas Câmaras Técnicas, a CT-SAM, visto a realização do 5º Seminário de Saúde Ambiental no mês de abril/22. Dentre as instituições executoras das capacitações são apresentadas a Agência Nacional de Água e Saneamento Básico (ANA) com a plataforma de cursos “Gestão de Águas”, o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, com a plataforma Capacita SIGRH e os Comitês PCJ, sendo também apresentado os tipos de capacitações que se dividem nas modalidades de “cursos”, “eventos” e “palestras Comitês PCJ”; **c) Próximas reuniões/eventos dos Comitês PCJ:** em seguida, foram informadas as próximas reuniões agendadas da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e da Plenária dos Comitês PCJ, as quais a participação não é obrigatória para quem não for membro do plenário dos Comitês PCJ, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvinte, sendo a 11ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB para o dia 02/09/22 às 9h, a 86ª Reunião Ordinária da CT-PL no dia 02/09/22 às 10h; e as 26ª e 27ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, no dia

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL Ata da 113ª Reunião Ordinária da CT-EA – 16/08/2022- 09:00 horas Reunião por videoconferência – *Google Meet*

04/10/2022, às 9h, com transmissão ao vivo pelo YouTube com link a ser disponibilizado na agenda do site dos Comitês PCJ; **d) Próximos eventos dos Comitês**

PCJ: informou que estão planejados três eventos a serem realizados pelas Câmaras Técnicas, sendo eles: i. 3º Webinar - Conversando sobre o Rio Jundiá - Edição 2022: "A importância do patrimônio histórico e cultural para a efetivação do enquadramento do Rio Jundiá", organizado pela Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) dos Comitês PCJ, a ser realizado no dia 23/09/22, a partir das 14h pela plataforma YouTube. Informações para inscrição no site dos Comitês PCJ; ii. Webinar "Um novo olhar sobre a Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ", organizado pela Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ, entre os dias 28 e 29/09/22, das 9h às 12h, com mais informações em breve no site dos Comitês PCJ; iii. IV Sustentare & VII WIPIS – Workshop Internacional sobre Sustentabilidade, Indicadores e Gestão de Recursos Hídricos", organizado pelas Câmaras Técnicas de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) e de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID) dos Comitês PCJ, a ser realizado entre os dias 16 e 18/11/22, das 9h às 12h. Para participar é necessário fazer a inscrição pelo link <https://www.even3.com.br/sustentare_wipis_2022>; **11.**

Encerramento. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira, coordenadora da CT-EA, agradeceu a participação e presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira
Coordenadora da CT-EA

Francisco Antonio Moschini
Coordenador-adjunto da CT-EA